



## Senadores votam hoje redução da quantidade de ministérios

Programa de Parceria de Investimentos também precisa ser votado, liberando a pauta para esforço concentrado, que inclui análise de reajustes

Acontece hoje a primeira sessão de esforço concentrado do Senado durante o período eleitoral. As primeiras decisões serão duas medidas provisórias que tramam a pauta: a que reduziu o número de ministérios de 39 para 24 e a que criou o Programa de Parcerias de Investimentos. Ambas perderiam a validade ontem, mas o prazo passou para hoje por causa do feriado.

Também devem ser analisados requerimentos de urgência para projetos que reajustam em 16,3% os vencimentos dos ministros do Supremo Tribunal Federal e do procurador-geral da República. **3**



Roque de Sá/Agência Senado — 31/8/2016

O Plenário do Senado fará uma série de sessões de esforço concentrado para decidir, durante o período eleitoral, proposições legislativas que têm prioridade

**Texto busca punir com prisão agente público corrupto **3****

**Projeto aumenta idade mínima para venda de cigarros **4****

**País pode ganhar semana de debates sobre suicídio **2****

**Garantir pesquisa eleitoral isenta é meta de projeto **3****

**Proposta incentiva o uso racional da Caatinga **2****

Raul654/CC



Pela proposta, exploração de cassinos deve contribuir para o desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais

### Liberação dos jogos de azar deve ser analisada hoje

A Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional tem na pauta de hoje o projeto que regulamenta os jogos de azar. Um substitutivo à proposta original de Ciro Nogueira já havia sido enviado ao Plenário, mas um requerimento

aprovado em agosto devolveu o texto para reexame do colegiado. Fernando Bezerra Coelho atualizou o substitutivo para coibir a lavagem de dinheiro e garantir a obtenção de benefícios econômicos e sociais com a legalização. **4**

### Multa a pedestres por bloqueio de ruas desperta interesse

Projeto que pune pedestres que bloquearem a circulação nas vias de trânsito já alcançou mais de 10 mil participações no Portal e-Cidadania. A consulta pública está sendo feita a proposta de Pedro Chaves que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, ainda sem relator designado. O texto altera o Código de Trânsito Brasileiro, classificando como

infração gravíssima o ato de interromper, restringir ou perturbar deliberadamente a circulação em via pública sem autorização do órgão competente.

O senador restabeleceu dispositivo vetado em medida provisória que pune motoristas que bloqueiam vias públicas com seus veículos, como a greve dos caminhoneiros de 2015. **3**



Marcelo Camargo/ABr

Bloqueio feito com veículos, como aconteceu em 2015, já acarreta multas

Pedro Franco/Agência Senado



Passageiros utilizam o metrô de Brasília, sem funcionamento completo desde junho

### Senado discute dificuldades do metrô do DF

Audiência pública marcada para hoje na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa abordará problemas enfrentados pelo metrô do Distrito Federal, como a falta de funcionários, os salários defasados e as obras inacabadas. **2**

**Leia nesta edição o encarte Monitor Fiscal**

Categoria cruzou os braços em 14 de junho e funcionamento do sistema ainda não foi plenamente restabelecido. Senador ressalta falta de pessoal, obras inacabadas e substituição de modal por BRT

# Crise no metrô de Brasília será discutida no Senado

A COMISSÃO DE Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) faz hoje uma audiência pública para discutir a crise por que passa o sistema metroviário do Distrito Federal. A sugestão do debate foi do senador Hélio José (PMDB-DF). Foram convidados autoridades e representantes de movimentos sociais do DF.

Os metroviários paralisaram as atividades em 14 de junho para pedir a convocação de aprovados em concurso de 2014 e reposição salarial. A greve foi suspensa após decisão, em 29 de julho, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), mas o funcionamento do metrô ainda não foi plenamente restabelecido.

Hélio José destaca, no requerimento para a audiência, que faltam mais de 1,4 mil servidores para o pleno funcionamento do setor, que sofre também com trens quebrados, que não são consertados por falta de peças — problema, segundo ele, inconcebível para um sistema que é novo. O senador ressalta ainda na justificativa do pedido que obras de conclusão de estações estão paralisadas e algumas



Problemas enfrentados pelo metrô de Brasília serão abordados em audiência

estão sendo degradadas sob a alegação de terem ficado obsoletas. No texto, o senador também afirma não concordar com a substituição de algumas das estações pelas do sistema de BRT (transporte rápido por ônibus), que, na visão dele, “não atendem adequadamente a população e dão margem a vários questionamentos, talvez por atenderem a interesses comerciais das empresas de ônibus”.

## Participantes

Foram convidados para a audiência o presidente do Metrô-DF, Marcelo Dourado, a assessora do órgão Vera

Canfran, o presidente da Associação de Usuários de Transportes Coletivos do DF, Vidal Guerra, o mestre em ciências públicas, representante do blog Ambiente e Transporte e ex-coordenador do Metrô-DF, Carlos Penna Brescianini, e o diretor de Assuntos Jurídicos do Sindmetrô-DF, Júlio César Lima, além de representantes da Defensoria Pública do DF e dos diretórios centrais de estudantes da Universidade de Brasília (UnB) e do Centro Universitário de Brasília (Uni- Ceub), entre outros.

Veja nesta página como acompanhar a audiência e participar dela

## Projeto prevê semana de debates sobre o suicídio

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apresentou na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) um projeto que cria a Semana Nacional de Valorização da Vida no Brasil, a ser realizada anualmente na semana de 10 de setembro, o Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio. A proposta (PLS 260/2016) aguarda indicação de relator.

A finalidade do projeto é, em reação ao aumento do número de suicídios, promover o debate sobre a questão. Os órgãos públicos responsáveis pelas políticas ligadas à prevenção do suicídio ficariam incumbidos de realizar e divulgar

eventos que promovam a reflexão e a conscientização. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), mais de 800 mil suicídios foram registrados em 2015 em todo o mundo. O Brasil ocupa a oitava posição no ranking de países com maior incidência de suicídios, ultrapassando o número de 12 mil casos anuais.

“O tabu sobre o tema do suicídio é um dos principais obstáculos no combate desse grave problema. No entanto, por meio de uma abordagem abrangente e com uma estratégia nacional de prevenção, é possível enfrentá-lo e diminuir o número de casos”, argumenta

Garibaldi na apresentação da proposta.

Por iniciativa de Hélio José (PMDB-DF), a Comissão de Direitos Humanos (CDH) realizou uma audiência pública com especialistas e autoridades em novembro, quando foram discutidas estratégias e políticas visando prevenir casos de suicídio.

Na ocasião, o suicídio foi definido como uma “epidemia silenciosa” no Brasil e com uma preocupante tendência de crescimento entre jovens. Nos últimos dez anos, a taxa de suicídio cresceu mais de 40% entre brasileiros de 15 a 29 anos.

## Comissão votará proposta que incentiva produção sustentável na Caatinga

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) já pode votar o projeto de lei que cria a Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga.

O PLS 222/2016, de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), tem como objetivo articular a atuação do poder público e da iniciativa privada para o desenvolvimento de ações que melhorem a qualidade de vida dos moradores da região da Caatinga e contribuam para a preservação do bioma.

A Caatinga é o quarto maior bioma do país, cobrindo 10% do território nacional e espalhando-se por oito estados do Nordeste.

A Política de Desenvolvimento Sustentável da Caatinga prevê várias ações de fomento a atividades agropecuárias e florestais sustentáveis. Entre elas, a capacitação de técnicos e produtores, o estímulo ao uso racional da água e a práticas de manejo e conservação do solo, a substituição de queimadas como prática de preparo da terra, o fortalecimento da agricultura familiar e o pagamento aos produtores por serviços

ambientais prestados nas propriedades (conservação de rios e espécies nativas, por exemplo).

Também estão no escopo do programa ações como a recuperação de áreas degradadas, a instalação de áreas de conservação, a proteção de espécies ameaçadas e a divulgação da Caatinga como patrimônio nacional.

A ferramenta para alcançar esses objetivos é o fortalecimento institucional do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) na região, com a criação de um fórum de gestores e a mobilização de recursos financeiros nos orçamentos dos estados e dos municípios envolvidos.

Garibaldi chama a atenção para a “vulnerabilidade social e ambiental” da Caatinga, uma área que abriga 23,5 milhões de pessoas e sofre com longos períodos de seca. O projeto tem relatório favorável de José Pimentel (PT-CE).

Caso obtenha a aprovação da CDR, o projeto ainda terá que passar pelas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente (CMA). Esta última terá a palavra final.

**AGENDA** A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

- CDH Metrô de Brasília**  
9h Audiência pública interativa debate problemas do metrô do Distrito Federal.
- CÓDIGO DE AERONÁUTICA Concessões**  
9h45 A comissão faz audiência pública para tratar das concessões dos aeroportos.
- CRE Embaixador em Angola**  
10h Sabatina do indicado a embaixador em Angola, Paulino Franco de Carvalho Neto.
- PLENÁRIO Reforma administrativa**  
14h Medida provisória que reduz ministérios (MP 726/2016) abre pauta de votações.
- PRESIDÊNCIA Sessão deliberativa**  
14h Renan Calheiros preside ordem do dia.
- AGENDA BRASIL Jogos de azar**  
14h30 Projeto que legaliza a exploração de jogos de azar no país (PLS 186/2014) está na pauta da comissão.

**SESSÃO ON-LINE**

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

**AUDIÊNCIAS INTERATIVAS**

Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

- Alô Senado: 0800 612211
- Acompanhe: Portal e Cidadania: [senado.leg.br/cidadania](http://senado.leg.br/cidadania)
- Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana  
**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão  
**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves  
**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino  
**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez  
**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Reforma ministerial deve ser votada hoje

Sessão será a primeira da agenda de esforço concentrado durante o período eleitoral. Também estão na pauta reajustes para o Supremo e para procurador-geral da República

OS SENADORES SE reúnem hoje para votar em Plenário a Medida Provisória (MP) 726/2016, que promoveu uma reforma administrativa nos primeiros dias do governo interino de Michel Temer, e a MP 727/2016, que criou o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). As MPs precisam ser votadas para que a pauta seja liberada para decisão de outras propostas, como reajustes para os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do procurador-geral da República.

Será a primeira sessão de esforço concentrado durante o período eleitoral. As duas MPs perderiam a validade ontem, mas vencem somente hoje devido ao feriado.

A MP 726 reduziu de 39 para 24 o número de ministérios na nova estrutura do Executivo federal. O Ministério da Cultura foi recriado, mas foram extintos os Ministérios da Previdência Social, do Desenvolvimento Agrário e da Ciência e Tecnologia. Também foi extinto o Ministério das Comunicações com a incorporação de suas atribuições ao novo Ministério da Ciência e Tecnologia.

A Secretaria de Política para as Mulheres foi restituída ao Ministério da Justiça, que agora também inclui os temas relacionados à igualdade racial e aos direitos humanos. A pasta passa a se chamar Ministério da Justiça e Cidadania.

A Previdência Social foi incorporada ao Ministério da Fazenda. A Controladoria-Geral da União (CGU) foi transformada em Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle. A Secretaria da Micro e Pequena Empresa ficará com a Secretaria de Governo da Presidência da República, bem como a Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional da Juventude.

## Parcerias

A MP 727/2016, sobre PPI, visa agilizar concessões públicas. Pelo texto, o programa buscará a ampliação e o fortalecimento da interação entre o Estado e a iniciativa privada através de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização.

O texto criou o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência



Marcos Oliveira/Agência Senado

O número de ministérios foi reduzido de 39 para 24 pela medida provisória que precisa ser votada hoje pelo Senado

da República e também autorizou o BNDES a constituir e participar do fundo de apoio à estruturação de projetos.

## Reajustes

Deverão ser votados também os requerimentos de urgência para a votação dos projetos que reajustam em 16,3% os vencimentos do procurador-geral da República e dos ministros do STF, que devem passar a ganhar R\$ 39,2 mil a partir de janeiro.

A votação dos dois projetos na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) foi adiada depois de questionamentos sobre a conveniência da aprovação em um momento de crise. A proposta relativa aos ganhos dos ministros do Supremo gera efeito cascata em toda a magistratura.

Consta ainda da pauta do Plenário o PLS 204/2016 — Complementar, que permite à administração pública vender para o setor privado os direitos

sobre créditos de qualquer natureza, e o PLC 210/2015, que garante uma série de novos benefícios sociais e trabalhistas aos agentes de saúde e de combate às endemias: ajuda de custo para fazer cursos na área, adicional de insalubridade, prioridade de atendimento no Minha Casa, Minha Vida, entre outros. Os agentes também teriam o seu tempo de serviço na função contabilizado para todos os fins previdenciários.

## Agente público poderá ficar 8 anos preso por enriquecer ilícitamente

Está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) projeto de lei que altera o Código Penal tornando crime o enriquecimento ilícito de agentes públicos. O texto do senador Telmário Mota (PDT-RR) pune com confisco de bens e até oito anos de reclusão quem for condenado pela prática.

O PLS 327/2016 se baseia em uma das dez medidas para combater a corrupção elaboradas pelo Ministério Público Federal (MPF) e entregues no início de abril à Câmara dos Deputados. Entre as propostas, estão o aumento de penas, a responsabilização de partidos políticos por crimes cometidos por seus integrantes, criminalização do caixa dois e a transformação da corrupção envolvendo altos valores em crime hediondo.

Na justificativa do projeto, Telmário criticou o tempo em que a proposta está paralisada na Câmara e enfatizou a relevância do texto. Ele pediu prioridade máxima na tramitação de projetos desse tipo para que não caiam no esquecimento.

Segundo o senador, a proposta cria um tipo penal destinado “a incriminar o agente público que apresente

aumento excessivo de patrimônio, incompatível com os rendimentos auferidos como servidor”.

— A ideia central é alcançar os servidores corruptos, cujo ato de corrupção não possa ser comprovado pela persecução estatal, mas para os quais o aumento significativo do patrimônio seja manifesto — diz.

De acordo com o PLS, o crime se caracteriza quando o servidor não é capaz de apontar origem lícita para a evolução do patrimônio.

## Denúncias

Também começou a tramitar no Senado o SCD 5/2016, texto da Câmara dos Deputados que substituiu o PLS 420/2003, do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ). A proposta estabelece prazo de dez dias para que as comissões que investigam denúncias de enriquecimento ilícito de agentes públicos comuniquem a existência do processo ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas da União (TCU).

O projeto altera o artigo 15 da Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992) e, como sofreu alterações na Câmara, voltou ao Senado para revisão.

## Texto visa garantir isenção de pesquisas eleitorais

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) está pronta para votar projeto que proíbe empresas de pesquisas eleitorais de prestarem serviços simultâneos, em ano de eleições, a meios de comunicação e a governos, partidos e candidatos.

O PLS 498/2013, do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), altera a Lei Eleitoral (Lei 9.504/1997) e recebeu relatório

favorável do senador Eduardo Amorim (PSC-SE).

Cássio chama a atenção para o “conflito de interesses” que permeia a atuação simultânea dos institutos de pesquisa. E adverte que o fato pode comprometer a isenção dos dados.

“Na medida em que empresas, institutos e entidades de pesquisa trabalham simultaneamente para partidos

e meios de comunicação, a contaminação dos resultados é inevitável e o eleitor passará a consumir gato por lebre ao tomar conhecimento do resultado”, pondera.

Como a decisão na CCJ é final, se o PLS 498/2013 for aprovado na comissão, poderá ser enviado diretamente à Câmara sem passar pelo Plenário do Senado.

## Multa a pedestres que bloqueiam ruas repercute

Consulta pública sobre projeto que pune pedestres que bloquearem a circulação nas vias de trânsito já alcançou mais de 10 mil participações no Portal e-Cidadania. De autoria do senador Pedro Chaves (PSC-MS), o PLS 325/2016, apresentado em 31 de agosto, acrescenta dispositivo ao Código de Trânsito Brasileiro, classificando como infração gravíssima o ato de interromper, restringir ou perturbar deliberadamente a circulação em uma via sem autorização do órgão de trânsito responsável por ela.

A multa prevista adota multiplicador de 20 vezes, que sobe para 60 quando aplicada sobre os organizadores da conduta. A punição dobra em caso de reincidência no período de

um ano. A ideia assemelha-se a proposta aprovada pelo Congresso no ano passado, fruto de medida provisória do governo federal, que pune motoristas que usarem veículos para bloquearem vias. As punições estabelecidas para essa infração são as mesmas previstas no PLS 325. A MP foi motivada por greves de caminhoneiros que fecharam estradas em todo o país no início de 2015.

## Pedestres

Pedro explica que, durante a tramitação da MP, foi acrescentada uma punição para pedestres que incorressem na mesma prática dos motoristas. No entanto, esse trecho acabou vetado. Sendo assim, ele decidiu apresentar novo

projeto, tratando exclusivamente dessa questão.

O argumento para o veto presidencial é que a proibição a pedestres seria uma ofensa à liberdade de expressão e manifestação. Pedro entende que não há distinção entre motoristas e pedestres nesse caso e acredita ser necessário regular a prática para todos.

Na justificativa do projeto, ele sustenta que “o direito constitucional de ir e vir pode ser desrespeitado tanto por protestos promovidos por caminhoneiros quanto por aqueles organizados por pedestres”. O texto, que está em fase de recebimento de emendas e ainda não tem relator, encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que terá decisão final sobre ele.

# Jogo de azar está na pauta de hoje de comissão

O substitutivo, atualizado por Fernando Bezerra Coelho, prevê mais recursos para que a Polícia Federal combata a lavagem de dinheiro

## AGENDA BRASIL

A PROPOSTA QUE regula-menta os jogos de azar no Brasil pode ser votada hoje na Comissão Especial do Desenvolvimento Nacional (CEDN). O Projeto de Lei do Senado (PLS) 186/2014, que integra a Agenda Brasil, já tinha ido para o Plenário, mas um requerimento aprovado no início de agosto determinou o reexame da proposta na comissão.

O autor do requerimento, Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), é o novo relator do projeto, em substituição a Blairo Maggi (PR-MT), que assumiu o Ministério da Agricultura. Blairo é autor do substitutivo já aprovado na comissão e remetido ao Plenário.

O projeto original, de Ciro Nogueira (PP-PI), libera o funcionamento de cassinos, bingos, jogo do bicho e apostas eletrônicas. Bezerra atualizou o substitutivo, com vistas a coibir a possibilidade de lavagem de dinheiro e garantir a obtenção de benefícios econômicos e sociais com a legalização. A ideia é encará-lo como uma atividade econômica formal, geradora de tributos, empregos e renda.

— Essas sugestões aperfeiçoam o substitutivo, no sentido de coibir a lavagem de dinheiro. A intenção é disponibilizar mais recursos para a Polícia Federal, para ter mais



Segundo o substitutivo, os cassinos serão explorados preferencialmente nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

condições de fazer fiscalização e dar à Caixa um protagonismo maior nos novos jogos de azar — explicou Bezerra.

### Tipos e critérios

Como no texto original, o substitutivo define os tipos de jogos a serem explorados, os critérios para autorização, as exigências para os sócios e as regras para distribuição de prêmios e arrecadação de tributos. O substitutivo de Fernando Bezerra também trata das loterias federal e estaduais e do *sweepstake* — um tipo de loteria relacionada com corrida de cavalos.

Pelo texto, a delegação para exploração dos jogos de azar compete exclusivamente à União. A exceção é o jogo do bicho, cuja delegação ficará a cargo de estados e Distrito Federal. A concessão da exploração de jogos de azar será sempre precedida de licitação. A concessão será de até 20 anos, podendo ser renovada por igual período. Os cassinos

vão funcionar em complexos turísticos construídos especificamente para esse fim, junto com hotéis e restaurantes. O substitutivo ainda aponta que os cassinos serão explorados, preferencialmente, nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e reduzir a desigualdade regional.

Ainda de acordo com o substitutivo de Fernando Bezerra, os estabelecimentos que explorarem jogos de azar serão obrigados a identificar o apostador. Quando o valor da transação for superior a R\$ 2 mil, o pagamento de apostas e prêmios será efetuado em transferência bancária, por cartão de débito ou crédito, ou qualquer outro arranjo de pagamento autorizado pelo Banco Central e que permita a sua rastreabilidade.

### Políticos

O substitutivo de Bezerra retirou a vedação à participação

de políticos com mandato na administração de empresas exploradoras de jogos de azar, prevista no texto anterior. Persiste no projeto, porém, a restrição a quem tenha sido condenado por crimes eleitorais, para os quais a lei determine pena privativa de liberdade.

O limite de três cassinos por estado também não consta no substitutivo. Ainda foi retirada do texto a previsão de que só seria permitida, por município, uma casa de bingo a cada 150 mil habitantes. O texto deixa claro, porém, que os bingos filantrópicos ou beneficentes, de caráter eventual, não estarão submetidos à nova legislação.

Bezerra argumenta que a legislação que veda os jogos no país é muito antiga, e não se buscou acompanhar a evolução mundial nas formas regulatórias do jogo. O senador elenca vários efeitos negativos que resultariam dessa visão antiga: o setor de turismo

perde a atratividade para grandes investidores estrangeiros, o Brasil deixa de gerar investimentos e empregos formais, convive-se com um cenário de ilegalidade e de clandestinidade e, finalmente, o Estado perde a possibilidade de auferir receitas tributárias significativas.

### Penas e tributos

O substitutivo estabelece penas e multas para irregularidades e crimes relacionados à exploração dos jogos de azar. Fraudar resultado de jogo ou pagar seu prêmio em desacordo com a lei poderá render multa e até oito anos de prisão. Se o crime for cometido contra idoso, a pena poderá dobrar. Aceitar aposta de menor de 18 anos em ambiente destinado a jogo de azar pode resultar em condenação a pena de um a cinco anos de prisão, além da multa.

### Arrecadação

O texto determina ainda que os recursos arrecadados na exploração de jogos de azar serão destinados à seguridade social (95%), ao Fundo Penitenciário Nacional (3%) e ao Departamento de Polícia Federal (2%). O texto aprovado pela comissão em março destinava a totalidade dos recursos à seguridade social. O novo texto determina que, sobre o prêmio das loterias, incidirá Imposto de Renda de 30%. Também institui a Taxa de Fiscalização dos Jogos de Azar, para cobrir os custos de fiscalização. Uma projeção conservadora, segundo o relator, estima a arrecadação de R\$ 29 bilhões em tributos para o governo, nos próximos três anos.

## Produção de maçã no país será tema de debate

A cadeia produtiva de maçã no Brasil será discutida em seminário promovido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), a ser realizado amanhã, na cidade de São Joaquim (SC), a partir das 14h. O pedido, feito por Ana Amélia (PP-RS), justifica a escolha do local para a audiência por ser Santa Catarina

o maior estado produtor no país, seguido pelo Rio Grande do Sul.

Embora distante do primeiro lugar no ranking mundial, ocupado pela China que produziu mais de 39 milhões de toneladas em 2013, o Brasil é o 12º maior produtor da fruta no mundo. A produção supera 1 milhão de toneladas

por ano, gerando receita de R\$ 6 bilhões anuais, além de 195 mil empregos diretos e indiretos, conforme dados da Associação Brasileira de Produtores de Maçã (ABPM).

Informações da Comissão de Agricultura da Câmara mostram que, em outubro de 2015, havia 4.321 plantadores de maçã no país. Desse total, 2.763 em Santa Catarina.

Para o debate, que integra ciclo de audiências da CRA sobre a situação de diversas cadeias produtivas, foram convidados representantes do Ministério da Agricultura, professores universitários e representantes da ABPM e da Associação dos Produtores de Maçã e Pera de Santa Catarina (Amap).



Brasil é o 12º produtor de maçã do mundo e Santa Catarina lidera o cultivo

## Senadores analisam proibição de venda de cigarros para menores de 21 anos

Medidas de combate ao tabagismo poderão ser ampliadas. Está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão final, projeto que proíbe a venda de fumígenos para menores de 21 anos (PLS 236/2016). Conforme a legislação atual (Lei 9.294/1996), a proibição atinge menores de 18 anos.

Autor do projeto, o ex-senador Ricardo Franco argumenta que a restrição mais rigorosa é uma questão de saúde pública e também um direito dos jovens brasileiros. Destaca que a proibição alcança o uso e a venda de cigarros, cigarrilhas, charutos, cachimbos ou qualquer outro produto fumígeno, derivado ou não do tabaco. O parlamentar

explica que alguns estados norte-americanos já decidiram, desde o início do ano, aumentar de 18 para 21 anos a idade mínima necessária para a compra de cigarros.

Para Franco, a maioria dos fumantes se torna dependente até o final da adolescência, pois o segmento jovem é mais vulnerável às estratégias de propaganda da indústria tabagista. Assim, alega o autor, todos os esforços devem ser voltados para prevenir e, especialmente, reduzir o acesso aos produtos que contenham tabaco, especialmente o público jovem.

Sérgio Petecão (PSD-AC), relator e favorável à medida, diz que o projeto contribui para diminuir o risco de dependência entre jovens e de doenças graves, como câncer.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela